

ATA da Reunião do CONSELHO GESTOR com o COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIO AO PRIMEIRO GRAU

LOCAL	DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
Plataforma de videoconferência ZOOM	27/08/2020	9h	11h50

PAUTA

- 1) Teletrabalho (responsável: SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas)
- 2) Seção/GT para apoiar as ZEs (responsável: CRE - Corregedoria Regional Eleitoral)
- 3) Servidores para darem suporte às ZEs (responsável: SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas e SJD - Secretaria Judiciária)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Diretor-Geral declarou aberta a 2ª reunião do Conselho Gestor como o Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau e solicitou o registro de homenagens ao Dr. Kleber Moreira, ícone da advocacia nacional, sendo apoiado por todos os participantes. Mencionou cada item da pauta e passou a palavra ao Guilberth (SGP) para tratar sobre o primeiro tema.

1-Teletrabalho

Guilberth - considera não ser este o melhor momento para tratar sobre teletrabalho, devido às mudanças de percepção que estão acontecendo em âmbito nacional sobre o tema. Informou que um grupo de trabalho no CNJ está discutindo como se dará o teletrabalho para magistrados, o que poderá influenciar na regulamentação deste TRE. Existe uma corrente defendendo que, a partir do momento em que o CNJ definir pela possibilidade de magistrados trabalharem em regime de teletrabalho, a nossa regulamentação prévia, no ponto em que proíbe o teletrabalho para ocupantes de cargos de direção e chefia não será mais válida, pois o magistrado também é um gestor. Outro ponto da Resolução do TSE que cairá com essa nova regulamentação do CNJ é o limite de servidores em teletrabalho. Enfim, são variáveis que não permitem trabalhar essa temática no momento. Ressaltou que a pandemia revelou o aumento da produtividade em regime de teletrabalho em alguns setores. Por outro lado, há grandes dificuldades em tratar metas para os servidores da Justiça Eleitoral em regime de teletrabalho. Já existe uma minuta de regulamentação, que empodera o gestor.

Williams – observou que tudo está girando em torno da pandemia, mas como representante dos servidores dos cartórios, está sendo constantemente cobrado acerca das definições sobre o teletrabalho, pois os colegas das ZEs estão gostando do trabalho remoto. Questionou se essas novidades poderiam ser repassadas aos servidores das zonas. Apresentou a seguinte sugestão para a mensuração da produtividade: em vez de serem traçados percentuais, seriam estabelecidos o cumprimento de prazos e determinações, como por exemplo: que nenhum processo fique parado por mais de trinta dias no SIOCREZ ou no SEI.

Guilberth – registrou a sugestão e respondeu que William estava autorizado a repassar essas informações. Informou que esse tema será tratado na próxima reunião do Conselho de Gestão de Pessoas com propostas mais definidas e subsidiadas. Inclusive com essa questão do teletrabalho para os juízes.

Williams – questionou se existe um prazo.

Guilberth – respondeu que todos os esforços da SGP estão direcionados para a questão do serviço extraordinário. Disse não haver um prazo estabelecido, mas que possuem o delineamento do assunto para levar a uma reunião nacional. Alegou estar aguardando a regulamentação do CNJ, acreditando que será publicada em uns dois meses. Pontuou que, na sua visão, este Regional está mais avançado nesse assunto, por isso, não aguardarão a norma do TSE.

Williams – perguntou se estão aguardando a Resolução do CNJ para elaborar a deste Tribunal.

Guilberth – citou que seria uma orientação para ser aproveitada de forma subsidiária.

Gualter- informou que, com o início da quarentena, tanto a sede como os cartórios foram providos de notebooks para o regime de teletrabalho, inclusive notebooks novos, adquiridos para serem usados nos PATS (Postos Avançados de Transmissão) e nas Juntas Eleitorais durante as eleições. O gerente de PATs já informou que necessita recolher os notebooks e enviar para as zonas eleitorais no período de 21 a 25 de setembro. Esses notebooks recolhidos para serem usados na eleição passarão por um período de “quarentena” de 60 dias após o pleito. Na ata de aquisição dos notebooks novos há um saldo de 20 unidades, mas a empresa pediu readequação financeira, um reajuste de 50% e, provavelmente, será indeferido. Estamos abrindo um novo processo licitatório em duas etapas, uma neste ano e a outra com a dotação orçamentária do ano que vem. As pessoas do grupo de risco, que estão em teletrabalho, terão prioridade para ficar com notebooks.

Guilberth – pediu autorização ao DG para disponibilizar a minuta de portaria de teletrabalho para coletar sugestões. Destacou que nessa minuta há quatro ou cinco considerações pessoais que ainda não foram discutidas em nível mais amplo (TSE). Acredita que, somente uma consideração é polêmica, qual seja: o pagamento de serviço extraordinário em regime de teletrabalho.

Dra. Joelma (substituindo a Dra. Teresa) – informou que na Justiça Estadual os normativos autorizam o teletrabalho e a audiência virtual, sendo esta última a regra neste tempo de pandemia. Acredita que o CNJ dará a mesma orientação.

Gilson – perguntou a Gualter qual seria a solução para quando os notebooks forem recolhidos?

Gualter – respondeu que estão realizando um levantamento de onde e com quem estão essas máquinas, para saberem quantas sobrarão. Serão 90 PATS e 40 Juntas Especiais, no total. Uma das alternativas é o uso do desktop.

DG – passou para o próximo item da pauta.

2. Apoio às Zonas Eleitorais

Gilson – iniciou ponderando que o termo “apoio às zonas” é bem amplo e, por isso, ficaram em dúvida se caberia mencionar o que estava sendo feito por Guilberth e Rhycleyson, ação que é um apoio mais direcionado à eleição, por tratar do manuseio do PJE para o registro de candidaturas e propaganda eleitoral.

Karla - explicou que esse tema será tratado por Guilberth.

Gilson – explicou que o apoio às zonas eleitorais se tratava de uma demanda antiga encabeçada por Fábio Ximenes: “criação de uma seção ou comissão dedicada a atender às demandas das ZEs”. Buscando alternativas para solucionar essa questão, observaram que, em relação a criação de seção específica, seria necessário modificar a estrutura do Tribunal, verificar as funções comissionadas, o remanejamento de pessoal etc. Assim, partiram para ofertar um apoio intermediário, trabalhando com o que é possível no momento, utilizando a própria estrutura da Corregedoria e da Secretaria, mas dando maior qualidade ao atendimento. A ideia seria criar um canal de interlocução com as ZEs. Nesse sentido, Egídio (STIC) entregou um sistema acessível pelo guardião, com um menu de opções. O Desembargador José Joaquim expedirá um Ofício-Circular às ZEs, informando acerca da disponibilidade desse sistema.

Egídio – informou que as ZEs terão facilidade de escolher o assunto e não precisarão saber a quem dirigir o pedido. O sistema possui prazo para respostas já devidamente estabelecido e o rol de assuntos é expansível. Caso a demanda não esteja no menu, basta enviar um e-mail para a CRE com cópia para a SEADB que o assunto será inserido no sistema. O FAQ também já foi incluído, restando apenas os dados que dependem da CRE e dos outros setores. Quanto mais dados a FAQ tiver, melhor, pois se tornará um canal para tirar dúvidas. Esse sistema também possibilitará a Corregedoria medir os esforços envidados. Parabenizou a Jocielma, servidora que, em 15 dias, entregou a versão do sistema para homologação.

Luann - complementando a explanação de Egídio e Gilson, mencionou que a proposta do sistema trará maior celeridade na resposta, pois a dúvida será direcionada ao setor específico com prazo definido. A proposta do FAQ é interessante porque, antes de fazer qualquer solicitação, é possível verificar se essa dúvida já foi respondida.

Gilson - destacou que a criação de uma seção específica para atender às ZEs não depende exclusivamente da Corregedoria.

Williams - ressaltou a necessidade de usar as ferramentas tecnológicas ao nosso favor. Informou que as ZEs têm muito contato com a COFIC e esclareceu que muitos reclamam, pois há ZEs com apenas Técnicos administrativos e alguns Analistas não são graduados em direito, o que gera a necessidade de ficarem solicitando ajuda aos demais para realizar as atividades que requerem conhecimento judicial. Sugeriu um ato normativo regulamentando o prazo para as

respostas. Com base nesse ato, as ZEs poderão cobrar as respostas de seus pleitos. Outra sugestão é que seja criada uma pasta com orientações técnicas, para unificar a orientação de cada setor sobre determinado assunto (nota técnica).

DG – abriu um parênteses para informar que o Diretor-Geral do TSE, Rui Moreira, anunciou que o pleno daquela Corte Superior aprovou duas Resoluções que tratam sobre serviço extraordinário, possibilitando essa modalidade na vigência da Res. 23.615/2020 e revogando as Res. 22.901/2008 e 23.368/2011.

Guilberth - citou que isso terá que ser regulamentado no âmbito deste Regional.

DG - abriu a discussão sobre o item 2 da pauta.

Gilson – mencionou que o Williams pontuou dois tópicos: um de aspecto de TI e outro de cunho normativo. Expôs que a ferramenta evitará a insegurança quanto às informações prestadas. Se necessário, pode haver sim a normatização.

DG - acolheu a proposta de Williams.

Fábio Ximenes – sugeriu que a ferramenta seja utilizada para a construção do manual de práticas cartorárias e questionou se isso é possível. Indagou ainda se poderia ser implantado no sistema um filtro de assuntos.

Egídio – respondeu que é possível sim e que já estava anotando essa sugestão, pois a intenção é deixar a ferramenta o mais simples possível e um mecanismo de busca é muito importante. Comprometeu-se a inserir os assuntos no FAQ com prioridade, assim que forem chegando, permitindo que as unidades insiram seus assuntos.

Guilberth - parabenizou Egídio pelo sistema e lembrou sobre uma demanda antiga, que pensava até não ser mais necessária. Contudo, gostaria que fosse verificada a possibilidade de criação de alguma interface para os servidores contatarem a SGP diretamente, pois, muitas vezes, sentem dificuldade para nos demandar algo.

DG – parabenizou Egídio e Jocielma (ambos da SEADB-STIC) pelo sistema desenvolvido.

Guilberth – elogiou o prazo em que o sistema foi desenvolvido.

Luann – avisou que os acréscimos solicitados por Guilberth podem ser adicionados ao sistema. Pois não vê problemas em engrandecê-lo ainda mais, se isso servir para dar mais apoio às ZEs.

Egídio – respondeu que é possível sim e realmente melhora para as ZEs, se mais setores aderirem ao uso desse sistema.

Guilberth – agradeceu, pois possui muitas informações prontas, que podem ser incluídas nesse sistema.

Gilson – citou que a ideia pode ser ampliada para todo o Tribunal, pois as ZEs possuem demandas para diversos setores. Inclusive, duas Seções já pediram para ser piloto quanto ao uso do sistema: SECEP-COCIN (Adriane) e a SEDAP-SJD (Herbet). O Guilberth acabou de solicitar e pode ser que a Débora também tenha interesse. Contudo, para que o atendimento tenha qualidade, precisamos caminhar devagar para que haja aperfeiçoamento e solidificação, ou seja, vamos testar com essas duas unidades piloto e vamos ampliando. Usou como exemplo o SIOCREZ, que já é um sistema respeitado. Espera alcançar o êxito almejado: observância de prazo e qualidade de resposta. Receia que isso fique comprometido, caso haja muita abertura, nesse primeiro momento ainda de testes. Mas a efetividade dependerá da prontidão de cada unidade respondente. Deseja que se torne um canal para todo o Tribunal.

Dr. Rodrigo – informou que esse sistema não substitui a demanda por um setor específico, mas atende à solicitação ainda que parcialmente. Ponderou que é necessário cuidado com o FAQ para que não haja perguntas e respostas repetidas, tornando-se enfadonho para os servidores usuários. As zonas possuem demandas técnicas, jurídicas, de almoxarifado... Em vez de ler dez FAQs, verificaria apenas uma nota técnica. Vivemos nos cartórios uma dualidade entre legalidade e praticidade. Quando não existe uma padronização, cada um segue por um caminho. Lembrou que, como terão 4 reuniões ao ano, implementa-se a ferramenta e inclui-se na pauta da próxima reunião a avaliação de desempenho e sugestões de melhoria.

Fábio - reforçou que sente muito pela falta de uma Seção específica para prestar apoio às ZEs. Entende ser clara a necessidade da criação dessa unidade na Corregedoria.

Gilson – informou que realizou uma pesquisa e realmente em outros tribunais esta Seção existe e também uma outra destinada à eleição. Ressaltou que seria muito bom a efetivação de tudo isso no TRE e que está à disposição para estudar mais sobre esse assunto.

Karla – Ratificou os comentários de Fábio e Gilson, ressaltando ser extremamente necessária a criação de uma seção para tratar especificamente sobre a gestão das Eleições, até mesmo porque esse é o negócio do Tribunal. Ressaltou que a SEPLA-COPEG é a unidade que coordena esse trabalho buscando sempre atender a contento tudo o que precisa ser feito, ajustado e prestando apoio aos gerentes para realizarem seus trabalhos, além de fomentar que o Comitê 1º Grau seja ouvido previamente. Contudo, ainda possui inúmeras outras atribuições, tais como: gerir as necessidades de alterações do regulamento interno (estrutura); coordenar o Plano Estratégico; coordenar a gestão de riscos; a de continuidade do negócio; a de projetos; processos (rotinas de trabalho) entre outras atividades. Frisou a grande dificuldade de implementar e coordenar tudo isso com a excelência e articulação que tais assuntos requerem, tendo apenas 2 servidores.

Rhycleyson – mencionou que a questão das ZEs sempre o preocupou e essa ferramenta vai estreitar as relações.

Vanessa – lembrou que isso era uma luta antiga dos servidores das ZEs, que agora se concretiza. Destacou ser muito bom poder participar desse momento e que o Tribunal está de parabéns! Parabenizou ainda a CRE e Egídio!

Gualter – ressaltou que esse sistema já existe há mais de seis anos, que é o mesmo usado pela Central TI para as demandas de suporte técnico (*call center*). O Egídio e a Jocielma fizeram apenas uma customização. Na TI, enfrentam dificuldades quando a demanda vai para o segundo nível e não obtêm retorno sobre o atendimento.

Dra. Joelma - parabenizou pela ferramenta e enalteceu a iniciativa! Considerou que seja um marco para a padronização das práticas cartorárias, não apenas para o período eleitoral.

Gilson – realçou que todas as considerações feitas evidenciam uma lacuna já conhecida e isso nos atribui a responsabilidade de fazer essa ferramenta funcionar bem. Sinalizou que terão que se reunir para verificar como farão isso acontecer de forma efetiva.

DG - apoiou completamente o que o Gilson disse e conduziu o debate para o 3º item da pauta.

3- Suporte às Zonas Eleitorais

Guilberth – informou que, desde 2016, realizam um trabalho que até já foi apresentado, qual seja: mapeiam a situação das ZEs, visando fornecer o apoio mais efetivo. Anteriormente, os gerentes de processos faziam seus planejamentos de forma separada e havia muito desperdício, como por exemplo: uma zona recebia três servidores para dar suporte e outra, que realmente necessitava, não recebia nenhum. Aproveitou para compartilhar o mapeamento detalhado considerando os seguintes critérios: 1) zona: sede e termo; 2) eleitorado; 3) locais de votação; 4) quantidade de seções; 5) quantidade de servidores: efetivos, requisitados e cedidos; 6) técnicos judiciários e analistas judiciários; 7) técnicos judiciários com formação em direito; 8) servidor que participará pela primeira vez de uma eleição e 9) servidores do grupo de risco. De fato, só conseguiremos apoiar as ZEs que estão em estado crítico.

Guilberth – continuou citando que, nesta eleição, o que mudará será apenas o apoio prestado ao registro de candidaturas e à prestação de contas, pois serão totalmente virtuais e 100% das ZEs serão contempladas. Comunicou que 55 ZEs solicitaram apoio para o registro de candidaturas, processo que não foi considerado prioritário, uma vez que Rhycleyson instituirá uma equipe para prestar auxílio. Todavia, existem casos específicos a exemplo da 63ª ZE - São João Batista, que possui apenas um servidor, razão pela qual receberá apoio da Secretaria. Mencionou que a assistência da Secretaria já foi definida para mesários; carga e lacre; técnicos de urnas e totalização; técnico de juntas especiais e registro de candidatura. A mesma pessoa que for treinar mesários, instruirá os AAEs (antigos técnicos de urnas). Quanto ao apoio jurisdicional, apesar de não ser do escopo da SGP, entende a necessidade e está buscando instituir uma equipe para apoiar as ZEs em estado crítico. Há 6 ou 7 zonas nessa situação, casos em que será enviada uma pessoa com dedicação total. Reiterou que 55 ZEs serão apoiadas por Rhycleyson no registro de candidaturas; 25 receberão auxílio no treinamento de AAEs (Auxiliares de Apoio às Eleições) e de mesários; 17 pessoas irão ajudar integralmente as ZEs críticas e 54 ZEs terão suporte na prestação de contas.

Rhycleyson – lembrou que está sendo treinada a 4ª turma de Registro de Candidaturas (CANDEX) – treinamento bastante exitoso.

Guilberth - agradeceu à SAF pela preparação do ambiente para esse treinamento presencial.

DG: parabenizou o mapeamento realizado por Guilberth e Rhycleyson.

Luann: destacou que foi um trabalho bem elaborado, bem explicativo, que demonstra onde deve ser melhorado. Elogiou a Karla pela competência e comprometimento! Citou: “parece até que ela respira TRE”.

Karla – Enalteceu o apoio de sua equipe, mencionando cada um nominalmente e destacou que ninguém faz algo sozinho.

Gilson – reforçou os elogios a Karla e os estendeu à Regina, sendo colaborado por Luann.

DG – questionou se há mais alguma consideração sobre este item.

Karla – elogiou os Chefes de Cartório do Comitê 1º Grau, pelo encaminhamento das demandas das ZEs e aproveitou para elogiar a equipe da SEADB, na pessoa de Egídio pelo desenvolvimento do SIGGO (Sistema de Governança e Gestão), usado para acompanhamento da Estratégia do Tribunal. Citou que, inclusive, já foi solicitado pelo TRE do Piauí.

Dra. Joelma – sugeriu que sejam criados fluxogramas dos processos eleitorais, um tutorial, um passo-a-passo em papel ou virtual para que o chefe de cartório possa visualizar e se direcionar por isso.

Rhycleyson – considerou extremamente válida a sugestão. Mencionou que já possuem o de propaganda, que estão providenciando o do registro de candidaturas e irão se reunir com Adriane para elaborar o de prestação de contas. Respondeu: considere feito, Doutora. Em seguida, serão encaminhados a todas as zonas eleitorais.

Dr. Rodrigo Terças – questionou, quanto ao apoio às ZEs, indagou a razão de não ser todo virtual, abrindo um maior leque com várias comissões. Às vezes, um lugar que não é tão crítico, se torna crítico.

Guilberth – esclareceu que todo o apoio ao Registro de Candidaturas será remoto, assim como o de Prestação de Contas e Apoio Jurisdicional. Frisou que o trabalho presencial, em tempo integral, será apenas para as ZEs. Por conta da evolução do instituto do teletrabalho poderão ser repatriados, pelo menos, metade dos 40 servidores do cartório para a Secretaria.

Dr. Rodrigo – informou que, desde junho/2019, estão aguardando o desfecho sobre esse assunto.

Guilberth - estamos aguardando a consolidação da flexibilização sinalizada pelo CNJ.

Dr. Rodrigo – conclamou a sermos piloto, a inovar. Devemos mostrar à Presidência o que já está pronto.

Dr. Eilson – considera que não é bom aguardar a definição do CNJ quanto ao teletrabalho, pois existe um entrave muito grande por parte da OAB. Entende que não andarão tão rápido.

Guilberth – lembrou que já existe uma Resolução de Teletrabalho aprovada pelo TER, restando pendente apenas a portaria para operacionalizá-la.

Williams – questionou se essa minuta de portaria já contempla as alterações mencionadas no início da reunião. Pois, do jeito que está proposto, fica difícil o teletrabalho nas ZEs, assunto da máxima urgência, em razão das eleições. Apoiou a inovação e a viabilização do teletrabalho para as ZEs, como pontuado por Dr. Rodrigo e Dr. Eilson.

DG – Sugeriu que a minuta de Portaria seja encaminhada para apreciação dos comitês.

Extra pauta

DG - avisou que Christiano (Web), já conseguiu a sala de 300 participantes do zoom para a reunião, de 03/9, com todos os Chefes de Cartório e gestores envolvidos (Pauta: Capacitação, Logística, Urnas, AAEs e Contratação de Veículos)

Gualter – informou que o teste de links de backups das zonas no horário de funcionamento, sendo que não será necessária a presença de servidor na zona, mas os equipamentos devem estar ligados para teste remoto da Oi. Isso é a garantia de que não haverá problemas na hora da transmissão dos BUs. Outro ponto é a inauguração do novo CPD. A partir das 14h da véspera do feriado, até o dia 8, haverá instabilidade nos sistemas. A conclusão acontecerá no dia 10.

DG: passou a palavra a Karla para tratar sobre o Selo Boas Práticas 2020.

Karla – apresentou que a intenção do Selo não é premiar, mas compartilhar soluções práticas para os desafios cotidianos enfrentados em prol da realização das eleições, em tempos de pandemia. Questionou acerca da viabilidade de participação dos colegas das ZEs, em razão da sobrecarga de trabalho e do momento atípico que estamos vivenciando. Lembrou que o Selo Boas Práticas vem sendo realizado desde 2014 e perguntou se os membros do Comitê 1º Grau consideram oportuna a edição 2020. Após debates e votação, foi deliberado pela realização.

Williams - compartilhou que foi firmada parceria entre o Governo do Estado do Piauí e o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí estabelecendo um protocolo para o dia das eleições. Decreto do Estado do Piauí nº 19164, de 20/08/2020.

Débora – informou que o TSE enviará os EPs para o dia das eleições e álcool em gel para os mesários e eleitores. Frisou que está preparando a logística para receber e distribuir esse material para as zonas. Aproveitou para solicitar que as zonas se preparem para receber e armazenar tudo isso.

Deliberações

SGP: elaborar minuta de Portaria sobre teletrabalho para submeter à apreciação dos comitês.

SJD – Registro de Candidaturas; CRE – Propaganda e COCIN – SECEP – Prestação de Contas: criar fluxogramas dos processos eleitorais, tutoriais, passo-a-passo virtuais, modelos de documentos etc., para que os chefes de cartórios possam visualizar e se direcionar por isso.

SECEP-COCIN (Adriane) e a SEDAP-SJD (Herbet): ser unidades piloto na utilização do sistema de atendimento de demandas das ZEs e, sempre que necessário, apresentar sugestões de melhoria a CRE e a SEADB. Deixar o FAQ sempre atualizado para que não haja perguntas e respostas repetidas, tornando-se enfadonho para os servidores usuários.

SEADB: implantar um filtro de assuntos no sistema e deixar a ferramenta o mais simples possível. Comprometeu-se a inserir os assuntos no FAQ com prioridade, assim que forem chegando, permitindo que as unidades insiram seus assuntos.

CRE: verificar a possibilidade desse sistema ser utilizado para a construção colaborativa do manual de práticas cartorárias.

CRE e SEADB: analisar como tornar o sistema de atendimento de demandas das ZEs uma ferramenta efetiva e como se dará a ampliação para todo o Tribunal, tornando-o um canal de comunicação das ZEs com a Secretaria e Corregedoria.

SGP: utilizar o sistema mencionado para inserir muitas informações que já estão prontas, após os testes realizados pelas 2 unidades piloto.

COPEG: elaborar Regulamento Selo Boas Práticas 2020 e submeter à apreciação do Conselho Gestor e do Comitê 1º Grau.

Zonas Eleitorais: deixar os equipamentos ligados no feriado para o teste remoto da Oi, de links de backups das ZEs no horário de funcionamento, sendo que não será necessária a presença de servidor na ZE. Isso é feito para garantir que não haverá problemas na hora da transmissão dos BUs. STIC: informou sobre a inauguração do novo CPD e que, a partir das 14h da véspera do feriado, até o dia 8/9, haverá instabilidade nos sistemas. A conclusão acontecerá somente no dia 10.

Zonas Eleitorais: preparar-se para receber e armazenar os EPIs que o TSE enviará para o dia das eleições e álcool em gel para os mesários e eleitores.

Próxima reunião

Pauta da próxima reunião, agendada para **17 de setembro** de 2020, às 9h, online:

1- DG, SJD e CRE: Pleitear junto ao TSE regulamentação dos prazos no período pré-eleitoral, principalmente, no tocante ao prazo de 10 dias para ciência do MP no PJE.

2- SGP: Apresentar proposta sobre o teletrabalho (minuta de Portaria).

- 3- TSE: Protocolo para o dia das eleições, semelhante ao Decreto nº19.164, de 20/08/2020, firmado entre o TRE-PI e o Governo do Estado.
- 4- TSE: Como acontecerá o controle de acesso aos locais de votação, que o TRE oriente como isso deverá acontecer: dentro, fora, da entrada, na organização de filas e quanto a entrada das pessoas com prioridades. Pensar em um conjunto de medidas de segurança sanitárias no dia do pleito para evitar aglomeração externa.

PARTICIPANTES

NOME	CARGO	MEMBRO
Gustavo Araújo Vilas Boas	Diretor-Geral	Conselho Gestor
Luann de Matos Oliveira Soares	Assessor Chefe da Corregedoria	Conselho Gestor
Gualter Gonçalves Lopes Júnior	Secretário de Tecnologia da Informação	Conselho Gestor
Guilberth Marinho Garcês	Secretário de Gestão de Pessoas	Conselho Gestor
Rhycleyson Campos Paiva Martins	Secretário Judiciário	Conselho Gestor
Débora Márcia Soares Veras	Secretária de Orçamento e Finanças	Conselho Gestor
Dr. Eilson Santos da Silva	Juiz da 103ª ZE, Montes Altos, representante da AMMA - Associação dos Magistrados do Maranhão	Conselho Gestor
Allana Machado Prazeres Costa	Servidora representante da Secretaria	Conselho Gestor
Vanessa Andrade Neiva Eulálio, 76ª ZE	Servidora representante das Zonas Eleitorais, Chefe de Cartório da 76ª ZE, São Luís	Conselho Gestor
Dr. Douglas Lima da Guia	Juiz da 14ª ZE, Cururupu, Coordenador do Comitê 1º Grau	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Dra. Joelma Sousa Santos	Juíza da 3ª ZE, São Luís	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Dra. Lavínia Helena Macedo Coelho	Juíza membro da Corte (2º Grau)	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Dr. Rodrigo Otávio Terças	Juíza da 52ª ZE, Alcântara	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Dra. Laysa de Jesus Paz Martins Mendes	Juíza indicada pela AMMA - Associação dos Magistrados do Maranhão	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau

Mayron Leôncio de Sousa e Silva	Chefe de Cartório da 19ª ZE, Timon	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Lilianne Lopes Melo	Chefe de Cartório da 93ª ZE, Paço do Lumiar	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Williams Sobreira Soares	Chefe de Cartório da 67ª ZE, Pedreiras	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Francisca de Oliveira Garcia	Chefe de Cartório da 54ª ZE, Presidente Dutra	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Fábio Humberto Cantanhêde Ximenes, 10ª ZE	Chefe de Cartório da 10ª ZE, São Luís	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Danielle de Oliveira Cavaignac	Assessora de Imprensa e Comunicação Social - ASCOM	-
Gilson Rodrigues Borges	Coordenador de Assuntos Judiciários e Correccionais - COJUC	-
Karla Abdala Faria Félix	Coordenadora de Planejamento Estratégia e Gestão - COPEG	-
Franklin Araújo Sousa	Chefe da Seção de Pesquisa e Estatística -SEPEQ	-
Edineide Sales Braga	Técnico Judiciário – lotada na SEPEQ	-
Carolina Pereira de Oliveira	Técnico Judiciário – lotada na SEPEQ	-
Célia Regina Carneiro Mesquita	Chefe da Seção de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLA	-
Willian Motta de Oliveira	Técnico Judiciário – lotado na SEPLA	-